



Correio Manhã

23-02-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 960 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/20

**JUSTIÇA
VICIADA**

SORTEIO DE JUÍZES COM SUSPEITAS ANTIGAS NO TRIBUNAL DA RELAÇÃO P.20

JUSTIÇA VICIADA

Sorteio de processos com suspeitas antigas

DESCONFIANÇA ♦ Dúvidas sobre distribuição de processos na Relação de Lisboa já antes foram suscitadas **CASO** ♦ Ministério Público levantou em 2017 incidente de suspeição sobre Rui Rangel

JOÃO MALTEZ*

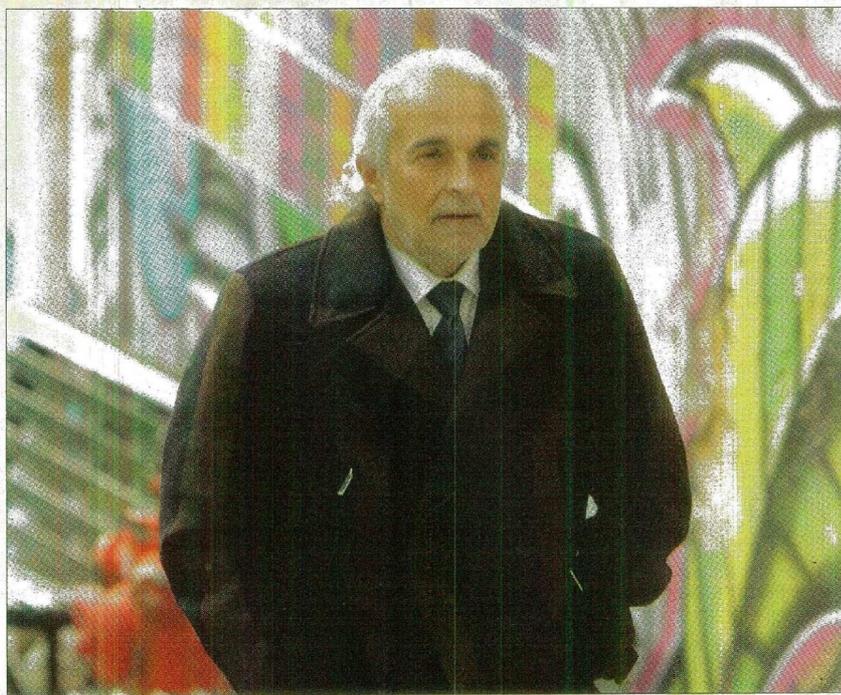
A desconfiança em torno da distribuição aleatória de processos no Tribunal da Relação de Lisboa, que ganhou novos contornos com a alegada viciação do sorteio relativo a um caso contra jornalistas do **CM**, está longe de ser nova. As suspeitas têm sido levantadas por juizes e procuradores e levaram mesmo o Ministério Público a levantar um incidente de suspeição, em 2017, sobre o juiz Rui Rangel, a quem fora atribuída a decisão de mais um recurso de José Sócrates, no âmbito da Operação Marquês.

Na altura, a Procuradoria-Geral da República justificava o pedido relativamente a Rangel, a quem haviam sido atribuídos outros recursos de Sócrates, com possível falta de imparcialidade do juiz desembargador.

Após o pedido do Ministério Público, o atual presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, Orlando Nascimento, avançou à comunicação social que a distribuição de processos pelos juizes é feita através de um programa informático desde maio de 2014 e presidida por si próprio.

Contudo, tal como o **CM** noticiou ontem, citando fontes judiciais, o sistema apresenta fragilidades que podem ser aproveitadas. Um dos exemplos apontados está relacionado com a exclusão do sorteio, nos termos da lei, de juizes em férias ou com muito trabalho entre mãos.

Na sequência da denúncia, a semana passada, do alegado favorecimento de Rui Rangel, em 2014, pelo então presidente da Relação de Lisboa, Luís Vaz das



Juiz desembargador Rui Rangel terá pedido, em 2014, a interferência a seu favor do então presidente da Relação

Neves, num caso que opunha o primeiro a jornalistas do **CM**, aos quais o Supremo Tribunal de Justiça acabaria por dar razão, a associação de juizes veio pedir a realização de uma sindicância urgente do Conselho Superior da Magistratura à forma como é feita a distribuição de processos.

Ontem, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, escusou-se a comentar o tema, sublinhando que não o fará “antes de o poder judicial se debruçar sobre a matéria”. • COMASA, D.C.

MARCELO SÓ COMENTA CASO DEPOIS DE O PODER JUDICIAL SE PRONUNCIAR

Juiz Vaz das Neves tem empresa para arbitrar conflitos

❑ A lei não o permite, mas o ex-presidente da Relação de Lisboa, Luís Vaz das Neves, desembargador jubilado, tem uma empresa ligada à arbitragem extrajudicial de conflitos. Foi criada em maio de 2018 e nesse ano faturou 190 mil euros, revelou ontem o ‘Público’. O juiz diz que a ar-



Vaz das Neves já está jubilado

bitragem está fora da regra das incompatibilidades, mas admitiu não ter pedido autorização prévia ao Conselho Superior de Magistratura. •